2. Sexta parte de Imóvel situado à Rua José Eid Maluf, São Paulo, herdada de Antonio Major de Lisboa, CPF 270.842.218-91, em 1992 - Brasil - 6.905,71 - 6.905,71

3. Sexta parte de Imóvel situado à rua Prof. Paulo Mangabeira Albernaz nº 80, São Paulo, herdada de Antonio Major de Lisboa, CPF 270.842.218-91, em 1992 - Brasil - 41.434,34 - 41.434,34

4. Sexta parte de uma casa situada à Rua Frei Tiago Cavedini nº 72, São Paulo, herdada de Antonio Major de Lisboa, CPF 270.842.218-91, em 1992 -Brasil - 20.717,17 - 20.717,17

5. Terça parte de uma casa situada à Rua Vitoria nº 128, Balneário Gaivotas, Itanhaem, herdada de Antonio Major de Lisboa, CPF 270.842.218-91, em 1992 - Brasil - 27.622,88 - 27.622,88

6. Sexta parte de um terreno localizado no setor 6,lote 29, Vila Ribeiropolis, Praia Grande, herdada de Antonio Major de Lisboa, CPF 20.842.218-91, em 1992 - Brasil - 552,46 - 552,46

7. Sexta parte de um terreno, lote6, quadra C do Jardim Vila Rica, São Paulo, herdada de Antonio Major de Lisboa, CPF 270.842.218-91, em 1992 - Brasil -5.248,34 - 5.248,34

8. Sexta parte de um terreno, lote 3, quadra 11, Jardim Luizamar, Itanhaem, herdada de Antonio Major de Lisboa, CPF 210.824.218-91, em 1992 -Brasil - 966,80 - 966,80

9. Automóvel Fiat Palio Weekend, 1.6, 16 válvulas, placas DDA 4529, adquirido em 24/01/2001,por R$ 24.614,00, da Concessionária Itavema -Brasil - 24.614,00 - 24.614,00

10. Banespa - Jabaquara - Brasil - 241,25 - 312,78

11. Nossa Caixa - Jabaquara - Brasil - 199,94 - 179,80

12. FBQ - DI - Banespa Jabaquara - Brasil - 76.402,81 - 94.519,32

13. Din Din Banespa Capitalização -Brasil - 4.315,45 - 6.501,05

14. Previnvest Previdência Privada da Caixa - Brasil - 1.760,00 - 4.314,45

15. Cooperceres - Cooperativa de Crédito dos Funcionários das Secretarias de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Agrícola do Estado de São Paulo - Brasil - 0,00 - 7.579,01

TOTAL - 234.314,48 - 264.801,44

Declaração de Bens Atual e Final do Exercício 2003 Ano Calendário 2002 de Luiz Mauro Barbosa - Ex. Coordenador da Secretaria do Meio Ambiente

Item - Discriminação - 31/12/2001 - 31/12/2002

1. Apto à Rua Eça de Queiroz nº 308 SP, adquirido a vista em 1998 escritura de compra e venda nº 12ª Cartório de Notas livro1483 PG 31 a 34, matricula10.626 - Brasil - 62.000,00 - 62.000,00

2. Lote 22, quadra 03, PCA Nelson Ferreira -Espirito Santo do Pinhal, SP. adquirido em 1989 - Brasil - 13.249,60 - 13.249,60

3. 20% do sitio Primavera Ingai -MG, adquirido em 1987 - Brasil - 13.879,45 - 13.879,45

4. Box duplo sob nº 35 - referente ao item 2 - adquirida a vista em 1989 - Brasil - 18.000,00 - 18.000,00

5. Pointer 1.8 ano 96 adquirido de Copauto Cia. Pinhalense de Automóvel, CGC 542.266.675/0001-82 em 28/08/96 - Brasil - 24.316,81 - 21.000,00

6. Banco Nossa Caixa S/A - Brasil - 17.414,20 - 26.182,37

7. Banco Nossa Caixa - Brasil - 5.225,43 - 1.013,64

8. Banco do Brasil - Brasil - 16.085,79 - 21.661,47

9. Banco Banespa FAQ DI -Brasil - 18.815,90 -12.408,02

10. FBQ DI 90 - Brasil - 35.184,14 - 0,00

11. Banco Nossa Caixa em nome de Maria Rita Cavalheiro Barbosa - Brasil - 9.110,99 - 25.463,63

TOTAL - 233.282,31 - 214.858,18

Declaração de Bens Atual e Final do Exercício 2003 Ano Calendário 2002 de Lúcia Bastos Ribeiro de Sena - Coordenadora da Secretaria do Meio Ambiente

Item - Discriminação - 31/12/2001 - 31/12/2002

1. Terreno sem benfeitoria em Atibaia - brasil - 10.666,58 - 10.666,58

2. Automóvel Fiat Siena Stile - Brasil - 19.000,00 - 19.000,00

3. Telefone número (011) 3667.xxxx - Brasil - 1.855,00 - 1.855,00

4. Mosp moda São Paulo - Brasil - 11.336,86 - 11.336,86

5. Caixa Econômica Federal - Brasil - 2.803,00 - 3.058,99

6. Banco do Estado de São Paulo - Brasil - 1.265,66 - 10,00

7. Banco Nossa Caixa S/A - Brasil - 5.089,38 - 50,00

8. Banco do Estado de São Paulo - Brasil - 1.718,66 - 2.260,70

9. Banco Nossa Caixa S.A. - Brasil - 0,00 - 9.023,38

10. Automóvel Celta ano 2001 - Brasil - 0,00 - 13.478,00

TOTAL - 241.730,89 - 258.735,26

Declaração de Bens Atual e Final do Exercício 2003 Ano Calendário 2002 de João Antonio Fuzaro - Coordenador da Secretaria do Meio Ambiente

Item - Discriminação - 31/12/2001 - 31/12/2002

1. Apto nº 91, Edif. Matra sito à Rua Hungara nº 113, Vila Ipojuca Lapa, SP, adquirido de José Henrique Leite esposa pelo valor de R$ 120.000,00, sendo R$ 53.999,94 obtido de resgate de FGTS, R$ 47.000,05, em espécie R$ 19.000,00 financiado pela CEF -Brasil - 120.000,00 - 120.000,00

2. Prédio Resd. Sito à Rua 3B, nº 354, Rio Claro SP, havido conf. formal de partilha em 25/11/95 registr. Prim. Cartório de Imóv. de R. Claro R.3/30497 em 09/05/95 9 2ª metade ideal transmitida em 19/01/01-matr. 30.497 1º Cart. Reg. Imov. Rio Claro - SP - Brasil - 33.152,16. - 33.152,16

3. Veiculo marca GM, Tipo Corsa Wind, ano 1996, placa CIX- 3578, adquirido emnov/1996 de Tadeu Roberto Delphine, CPF 36.164.268-07 - Brasil - 10.500,00 - 10.500,00

4. Automóvel Fiat Palio EDX, ano de fabricaçao 1997, placa CIL-4018, adq. em abril/1997 de Giardino Veic. Ltda, Cm. Alien. Fiduciária, pagto. entrada R$ 3.700,00 (veiculo usado) + R$ 5.500,00 (cheque 898282 - Banespa) + 36 parcelas, nota fiscal 037298 - Brasil - 14.5000,00 - 14.500,00

TOTAL - 178.152,16 - 178.152,16

Declaração de Bens Atual do Exercício 2003 Ano Calendário 2002 de Alvanir de Figueiredo - Diretor Presidente da Secretaria do Meio Ambiente

Item - Discriminação - 31/12/2001 - 31/12/2002

1. Galpão e casa de alvenaria na cidade de Regente Feijó, SP, adquirido em 1972 - 47.942,84 - 47.942,84

2. 50% de uma casa de alvenaria, na cidade de Macaúbas, BA, Rua César Zamar, adquirida em 1986 - 2.995,70 - 2.995,70

3. Casa de alvenaria na cidade de Presidente Prudente, SP, Rua Joaquim Nabuco nº 125, adquirida em 1988, com financiamento de 15 anos - 137.019,36 - 137.019,36

4. Quatro terrenos 1.655 m², na cidade de Marília, SP, adquirida em 1980 - 23.971,42- 23.941,42

5. Cinco terrenos 2.000 m², na cidade de Regente Feijó. SP, adquiridos em 1980 - 14.981,82 - 14.981,82

6. Um terreno de 13x222 m², na cidade de Regente Feijó, SP, adquirido em 1992 - 1.387,22 - 1.387,22

7. 50% de uma gleba de terra na cidade de Macaúbas, BA, adquirida em 1986 - 44.946,31 - 44.946,31

8. Uma Chácara de 7,2 há, na cidade de Regente Feijó, SP, adquirida em 1972 - 23.971,42 - 23.971,42

9. Um automóvel marca Ford, modelo Galaxie, 1972,placa EG 8881 - 922,78 - 922,78

10. Um automóvel marca Renault, modelo TXE 21, 1993, placa GHB 2002 - 9.000,00 - 9.000,00

11. Um automóvel marca Honda Civic, 2000, placa DCC 7303, adquirido em 2001 - 31.000,00 - 31.000,00

12. Saldo bancário no Banespa - 27.632,32 - 28.252.14

13. Saldo bancário no Bradesco - 3.536,42 - 641,22

14. Poupança Bradesco - 0,00 - 826,15

15. Aplicação de renda fixa no Bradesco - 0,00 - 4.000,00

16. Aplicação de renda fixa no Banespa - 0,00 - 16.382,94

Declaração de Bens Atual do Exercício 2003 Ano Calendário 2002 de Fernando Dagnoni Prado - Diretor Acadêmico da Universidade Estadual Paulista

Item - Discriminação - 31/12/2001 - 31/12/2002

1. 1/3 de casa residencial na cidade de Rio Claro, SP, Rua 6 nº 849 - 13.879,45 -13.849,45

2. Uma casa residencial na cidade de Rio Claro, SP, Rua 7,nº 646 CJ - 124.915,10 - 124.915,10

3. Um lote de terreno na cidade de Rio Claro, SP, Jardim Floridiana - 8.326,84 - 8.326,84

4. Três lotes de terreno na cidade Analândia, SP, Portal das Samambaias - 10.409,59 - 10.409,59

5. Um automóvel marca GM, modelo Ast4a, 1995, placa CCI 2217 - 24.300,00 - 24.300,00

6. Um automóvel marca Ford, modelo Verrona 1992, placa BIW 2804, licenciado em nome de dependente Fernanda Beraldo Prado - 6.767,00 - 6.767,00

7. Uma moto marca Suzuki, modelo SFX 750 F, placa CGN 3003, contemplada pelo Consócio Nacional Gaplan em janeiro de 2000 -16.021,41 - 23.921,41

8. Saldo de Caderneta de poupança, declarante e dependentes- 237.892,75 - 255.205,66

9. Saldo de contas correntes, declarante e dependentes - 7.24,48 - 11.695,69

10. Dólar norte -americano - 5.950,00 - 8.925,00

11. Aplicação findos Banco do Brasil - 37.331,82 - 40.596,47

12. Moto Honda Sahara1997, adquirida em nome do dependente Ricardo Beraldo Prado - 0,00 - 5.900,00

Declaração de Bens Atual do Exercício 2003 Ano Calendário 2002 de Luiz Roberto Trovati - Diretor Administrativo da Universidade Estadual Paulista

Item - Discriminação - 31/12/2001 - 31/12/2002

1. Apartamento na cidade de Londrina, PR, Rua Paranaguá, nº 192, adquirido por financiamento no ano de 1988 - 209.784,42 - 219.160,66

2. Uma casa na cidade de Ilha Solteira, SP, Passeio Barbacena, 203, adquirida na Unesp em 1993 - 53.385,21 - 123.542,10

3. Um terreno na cidade de Londrina, PR, quadra 14 - 5.552,20 - 5.552,20

4. Um automóvel marca Chevrolt, modelo Astra, 1995, adquirido em 1997 financiado pelo Compass - 23.060,00 - 9.000,00

5. Consórcio Igapó Ltda, auto Corsa 1.0,iniciado em 02.97, sorteado em 03.2001, carta de crédito R$ 19.400,00, aquisição de um automóvel marca Volkswagem, modelo Gol, 2000 - 19.400,00 - 19.400,00

Declaração de Bens Atual do Exercício 2003 Ano Calendário 2002 de Gesse Gerardi - Diretor de Planejamento e de Desenvolvimento da Universidade Estadual Paulista

Item - Discriminação - 31/12/2001 - 31/12/2002

1. Apartamento com 42 mts. com garagem, Condomínio Edifício Tayana, inicio da construção em 1984, término da construção em 1986 - 17.978,57 - 17.978,57

2. Apartamento com 88 mts. com garagem, Condomínio Edifício Tessalia, inicio da construção em 1986, término da construção em 1988 - 17.988,85 - 17.988,85

3. Apartamento na cidade de Campinas, SP, com 92 mts. com garagem, Condomínio Residencial Open sky - 37.472,76 - 37.472,76

4. Apartamento com 62 m², com garagem, Cond. Ed. V. Doro, Rua Monte Alegre, nº 957 - apto 92. São Paulo, SP, doado para Tiago de Oliveira Gerardi, CPF 177.751.818-00 em setembro de 2002 - 60.000,00 - 0,00

5. Apartamento com 189 m²., com garagem, Cond. Residencial Tainá. Inicio da construção 1993, término 1996, vendido em julho de 2002 para Marcelo de Moraes, CPF 056.788.-76, conforme escritura livro 644, fls. 300, em abril de 2003, do 1º Tabelionato de Notas e Protestos de Rio Claro - 70.566,24 - 0,00

6. Apartamento com 156 mts. com garagem, Condomínio residencial Thetis, inicio da construção

7. 1994, término da construção 1997 - 67.487,06 - 67.487,06

8. Apartamento com146 mts. com garagem, Condomínio Residencial Themis, início da construção em 1995, término da construção em 1998 - 49.758,54 - 49.758,54

9. Apartamento na Rua Caetés,nº 18 com 178,27 mts, adquirido emnov/02 de Raquel Cozer Rosemberg, CPF 268.719.717-34 Abramovicz e José Abramovicz, CPF 005.636.178-53 - 0,00 - 130.000,00

10. Prédio residencial na cidade de Rio Claro, SP, com 140 mts., Av. 12, nº 1.612, adquirido em 1978 - 17.978,35 - 17.978,35

11. Prédio residencial na cidade de Rio Claro, SP, com240 mts., Av. 4, nº 961, construído em 1974 - 99.257,24 - 99.257,24

12. Prédio residencial na cidade de Americana, SP, com 171 mts., Rua João Zanaga nº 88, recebido em doação em 1985 -50% - 13.879,44 - 13.879,44

13. Apartamento na Rua Franco da Rocha nº 206, São Paulo, SP, com 104,6 mts., de área útil e 262 de área total, adquirido em agosto de 2001 - 158.559,94 - 231.871,76

14. Caminhonete marca Chevrolet, modelo Blaser,1999, placa GGG 1433 - 51.500,00 - 51.500,00

15. Automóvel marca Chevrolet, modelo Vectra, 1998, placa DOG 0345 - 29.600,00 -29.600,00

16. Automóvel marca GM, modelo Astra Hacth, ano 2002,placa GCE 3434 - 0,00 - 34.500,00

17. Linha telefônica 2479.xxxx,adquirida em 1992 - 2.071,71 2.071,71

18. Linha telefônica 2440.xxxx,adquirida em 1969 - 2.097,48 - 2.097,48

19. Linha telefônica 2410.xxxx,adquirida em 1987 - 2.071,71 -2.071,71

20. Quota de participação em sociedade civil, CNPJ 05.114,239/0001-06 - 0,00 - 7.500,00

21. Banespa contas006012.3 e 15422-4 - 2.300,63 - 2.508,02

22. Unibanco contas 624170.0, 624179-1 2000016-7 e 2021112-2 - 3.562,19 - 9.336,68

23. Nossa Caixa, 00086-2 - 2.283,70 - 2.488,48

24. Unibanco, fundo de renda fixa - 0,00 - 116.369,75

25. Unibanco, contas 103000-9 e 107050-0, saldo em contas corrente - 118,28 - 3.077,88

26. Banespa, contas 005660-4 e 008500-2, saldo em contas corrente - 4.317,45 - 6.694,98

27. Banespa conta 00184-4, saldo conta corrente - 1.029,60 - 308,90

28. Dinheiro em espécie no domicílio - 10.000,00 - 8.0000,00

29. BBV - fundo de investimento - 9.156,65- 10.167,43

30. Banespa - fundo de investimento - 61.464,97 - 2.270,96

31. Unibanco -fundo de investimento - 80.145,93 - 0,00

Declaração de Bens Inicial Exercício 2003 Ano Calendário 2002 de Oswaldo Yoshimi Tanaka - Secretário Adjunto da Secretaria da Saúde

Item - Discriminação - 31/12/2001 - 31/12/2002

1. Apartamento R. Caiowaa, 1583/21, SP/SP, 1º Cartório de Osasco, livro 318/216, adquirido em 7/4/88 - Brasil - 61.818,97 - 61.818,97

2. Apartamento R. Francisco Astolfo Tavares Paes, 86/151,Osasco, 1º Cartório, livro 412, adquirido em 10/06/94 - Brasil - 53.674,25 - 53.674,25

3. Casa residencial - 319 m², R. Coronel Castro de Faria 117, SP/SP, adquirida em 29/11/79 - Brasil - 102.845,58 - 102.845,58

4. Terreno lote 08, Q5, Jardim Adalgiza II, Osasco/SP, 250 m², registro no 1º Cartório de Osasco, livro 138/92, adquirido em 08/09/80 - Brasil - 18.981,70 - 18.981,70

5. Ford Escort SW, chassis 8AFZZZEFFWJ0633625, chapa CRD 9022, adquirido em 19/04/99 - Brasil - 18.100,00 - 18.100,00

6. Automóvel Corsa - Chevrolet, ano 1997, placa CDN 9494, adquirido de Amália Perez de Campos Penteado, Rua Tucuna, 436 - SP-SP - Brasil - 10.000,00 - 10.000,00

7. Automóvel Golf da Volkswagen, ano 1997, adquirido de Márcia Regina Hase, Rua Martins Peres, 128 - SP - SP - Brasil - 19.000,00 - 19.000,00

8. Carro Volkwagen, modelo Santana, 1999/00 adquirido da Porto Seguro, CPF 061198164/0001-60 em 19/02/01 - Brasil - 19,00 - 0,00

9. Jóias diversas - Brasil - 360,00 - 360,00

10. Ações Edibra - 600 - Brasil - 77,43 - 77,43

11. 5.830 Ações Reflorestadora OK, herança Tsutako Tanaka, 5ª Vara de Família - Brasil - 7.572,42 - 7.572,42

12. 823 Ações tecelagem kanebo - Brasil - 347,47 - 347,47

13. 1.465 Ações Iguaçu Café Solúvel - Brasil - 606,43 - 606,43

14. Caderneta de Poupança Banco Itaú - Brasil - 5.835,84 - 6.367,66

15. Caderneta de Poupança Banco Itaú - Brasil - 3.573,24 - 3.899,65

16. Caderneta de Poupança Banco Banespa - Brasil - 10.227,16 - 11.069,41

17. Caderneta de Poupança Banco Banespa - Brasil - 8.651,13 - 717,08

18. Caderneta de Poupança Banco Banespa - Brasil - 2.608,32 - 2.844,89

19. Caderneta de Poupança Banco Banespa - Brasil - 8.868,40- 9.676,18

20. Aplicação financeira renda fixa - Itaú - Brasil - 100.133,84 - 111.284,52

21. Plano de Previdência do Banco Itaú - Brasil - 14.986,85 - 17.132,04

22. Caderneta de Poupança Banco Itaú - Brasil - 5.893,63 - 6.430,77

23. Conta corrente Banespa - Brasil - 670,50 - 5.339,96

24. Conta corrente Banespa - Brasil - 1.644,43 - 2.760,89

25. Conta corrente Banco Itaú - Brasil - 189,89 - 4,94

26. Fundo Banespa - FBQ - Brasil - 48.516,85 - 61.725,94

27. Volkswagen Golf, 1998, adquirido de Fernando Dias, Ribeirão Pires - Brasil - 0,00 - 10.900,00

TOTAL - 505.203,33 - 543.538,18

Declaração de Bens Inicial Exercício 2003 Ano Calendário 2002 de Nilson Ferraz Paschoa - Chefe de Gabinete da Secretaria da Saúde

Item - Discriminação - 31/12/2001 - 31/12/2002

1. 1/6 do lote apartamento 13 - Rua Capitão Macedo nº 60 - partilha - Brasil - 23.132,41 - 23.132,41

2. Apartamento 11 - A - Ed. Dallas - Rua Frei Caneca nº 277 apto. 11 A - Brasil - 19.535,46 - 19.535,46

3. Apartamento ED. Ravel - Rua dos Franceses nº 498 - apto 154 - Brasil - 80.000,00 - 80.000,00

4. 50% casa lote nº 066 - quadra 14 do loteamento Morada da Praia - Brasil - 37.085,90 - 37.085,90

5. 50% lote nº 03 quadra A, com casa pré fabricada - Socorro - SP - Brasil - 35.604,38 - 35.604,38

6. Dois terrenos - loteamento - Vivenda do Lago - Sorocaba quadra 12 lotes nº 3 e 4 - Brasil - 15.337,00 - 15.337,00

7. 1/6 sitio 90000 mts. no bairro Cachoeira - Santa Isabel partilha - Brasil - 18.505,93 - 18.505,93

8. Automóvel Palio Weekend - ano 99 adquirido da Itavema Veículos - abril/99 - Brasil - 26.500,00 - 0,00

9. Automóvel Audi A-3 ano 1999 - Brasil - 40.000,00 - 40.000,00

10. 1/6 da linha telefônica pref. 571.xxxx - Brasil - 578,30 - 578,30

11. Fones pref. 288.xxxx, 258.xxxx, (013) 310.xxxx - Brasil - 13.512,16 - 13.512,16

12. Saldo Bancário - Brasil - 3.420,00 - 2.480,00

13. Dinheiro em Espécie - Brasil - 6.500,00 - 2.500,00

14. Dinheiro em Espécie - Brasil - 31.000,00 - 9.200,00

15. Direito, no valor de R$ 40.000,00 referente a venda parcelada do imóvel apto 84 - bl 05 - Av. dos Ourives nº 560 Saúde para Américo Bez Júnior - CPF 043.459.778-35. No valor de R$ 50.000,00 com R$ 10.000,00 de entrada - Brasil - 30.000,00 - 19.000,00

16. FIF-DI Caixa Econômica Estadual - Brasil - 0,00 - 96.000,00

TOTAL.: 380.711,54 - 412.471,54

Declaração de Bens Atualizada Exercício 2003 Ano Calendário 2002 de Roberto Camal Rachid - Chefe de Gabinete da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho

Item - Discriminação - 31/12/2001 - 31/12/2002

1. Casa sita à Rua Travessa Júlio Contier nº 9, adquirida de Vilma Tereza Hena Costa, CPF nº 022.463.479-04, em 01/1991, conforme escritura matricula nº 1847017- 11º Cartório - Brasil - 197.000,00 - 197.000,00

2. Veiculo Chevrolet Corsa ano 1994, placa FTR 2910 - Brasil - 10.406,98 - 10.406,98

3. Veiculo Fiat Tipo 1.6 ano 1994, placa FTR 0605, vendido para André Trigo por R$ 8.400,00 RG nº 5152599, CPF 815244048-53 - Brasil - 12.000,00 - 0,00

4. Veiculo marca Wolksvagem, modelo Gol, ano 1999, adquirido em 1999, no valor de R$ 10.743,00, placa CRK 5333 - Brasil - 10.743,00 - 10.743,00

5. Veiculo marca Fiat modelo Palio quatro portas, ano 1999, adquirido em 08/08/1999, no valor de R$ 11.030,00, placa CRF 5777 - Brasil - 11.030,00 - 11.030,00

6. Veiculo marca Renault modelo Clio Sedam, ano 2001 no valor de 20.610,00, placa DGB 7312 - Brasil - 20.610,00 - 20 610,00

7. Disponibilidade em dinheiro - Brasil - 125.000,00 - 100.000,

8. Banespa - Brasil - 0,00 - 50.000,00

9. Banco Banespa - 0154 0 c/c 92-95325-1 - Brasil - 0,00 - 442,80

TOTAL.: 386.789,98 - 400.232,70

Declaração de Bens Atualizada Exercício 2003 Ano Calendário 2002 de Luiz Carlos Bergamasco - Coordenador da Secretaria dos Transportes Metropolitanos

Item - Discriminação - 31/12/2001 - 31/12/2002

1. Apartamento à Rua Ibiraçu nº 76 apto.44, Vila Madalena São Paulo SP, adquirido em 1995 - 61.100,00 - 61.100,00

2. Casa à Rua Vitorino de Carvalho nº 443, Vila Madalena São Paulo SP, adquirida em 01/11/1984 - 178.012,33 - 178.012,33

3. Casa à Rua Cristiano Viana nº 640 C 5,Jardim América São Paulo SP, adquirida em 1976 - 59.341,11 -59.341,11

4. Casa de campo em zona rural de Campo Limpo Paulista SP, construída em 1978 sobre terreno de 1,5 há adquirido em 1973 (matricula para IPTR nº 0327765-8) - 29.668,71- 29.668,71

5. Lote no Parque Mambucaba, Angra dos Reis RJ, adquirido em 1973 - 277,58 - 277,58

6. Auto Ford Escort Perua, placa CII 3680, ano 97, adquirido da Souza Ramos Veículos Ltda, em 26/05/97, por R$ 24.000,00, vendido por R$ 11.500,00 a Elivel Automotores Ltda. (54.820.774/0001-98) em 03 de setembro de 2002 - 24.000,00 -0,00

7. Auto Wolksvagen Gol 16v, placa CMH 9591,ano 98, adquirido da Morumbi Motor Com. de Autos S.A. em 22/05/98, por R$ 19.000,00 - 19.000,00 - 19.000,00

8. Caderneta de Poupança Itaú com Leonilda Bergamasco - 88.881,34 - 69.721,54

9. Poupança Nossa Caixa Nosso Banco com Diogo Puglia Bergamasco - 922,61 - 1.005,36

10. Conta de Poupança Banespa - 11.235,79 - 12.251,74

11. Conta de Poupança Nossa Caixa Nosso Banco - 5.615,51 - 4.703,33

12. Aplicação fundo Banespa (FBQ's) - 51.478,46 - 56.239,05

13. Ouro ativo financeiro custodiano por Banespa Corretora (999g) - 13.726,73 - 13.726,73

14. Conta corrente Banespa - 11.372,02 - 2.210,52

15. Conta corrente Itaú com Leonilda Bergamasco - 16,62 - 14,56

16. Aplicação financeira BankBoston - 80.030,34 - 88.986,78

17. Aplicação de renda fixa Itaú com Leonilda Bergamasco - 1.504,50 - 2.238,27

18. Auto Ford Focus "Hatch", com cilindrada de 1,8 litros, movido a gasolina, fabricado em 2002, com modelo 2003 sob placa DIC 4190, comprado a Ceaza Elivel Automotores Ltda (54.820.774/0001-98), por R$ 37.000,00 - 0,00 - 37.000,00

19. Conta corrente Nossa Caixa Nosso Banco - 50,00 - 50,00

TOTAL.: 636.233,65 - 635.637,61

FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

ASSESSORIA TÉCNICA DA DIRETORIA EXECUTIVA - CONTROLE E PROCESSOS

Decisões da Diretoria Executiva, de 7-7-2003

Intimações de Despachos Proferidos em Procedimentos Sancionatórios - Autos de Infração

NEGO PROVIMENTO AOS RECURSOS referente aos processos abaixo relacionados:

Processo/Ano - Auto de Infração - Autuado - Advogados

Proc. 61/02 - 01059 - KLABIN KIMBERLY S/A - 02.290.277/0001-21 - Adv. FLAVIO LEMOS BELLIBONI - OAB 88.210/SP - Adv. PAOLA R PETROZZIELLO - OAB 174.001/SP;

Proc. 59/02 - 01057 D1 - SANTHER FABR.DE PAPEL STA THEREZINHA S/A - 61.101.895/0001-45 - Adv. PAULO GUILHERME DE MENDONCA LOPES - OAB 98.709/SP - Adv. JOSE ALCIDES MONTES FILHO - OAB 105.367/SP.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO JOSÉ GOMES DA SILVA

Despacho da Diretora Executiva, de 8-7-2003

Assunto: Aprova Relatório Técnico Científico elaborado pela antropóloga Patrícia Scalli dos Santos, sobre a identificação étnica e territorial dos Remanescentes da Comunidade de Quilombos de Porto Velho, situado no município de Iporanga, Estado de São Paulo, nos termos dos Artigos 215 e 216 da Constituição Federal, Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, do Artigo 3º da Lei 9757 de 15 de setembro de 1997 e dos Artigos 1º, 2º e 3º do Decreto Estadual 42.839 de 04 de fevereiro de 1998.

O Diretor Executivo da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva", Jonas Villas Bôas, tendo em vista o contido nos autos do Processo Itesp 134/2002, e o parecer conclusivo a respeito da condição quilombola da comunidade negra de Porto Velho, bem como os trabalhos técnicos de demarcação do território realizado pela Diretora Adjunta de Recursos Fundiários e o Termo de Anuência assinado pelos líderes da comunidade em obediência Parágrafo Único do Artigo 4º do Decreto 42.839 de 04 de fevereiro de 1998, decide:

1 - Aprovar a conclusão dos estudos antropológicos, Relatório Técnico Científico, e dos trabalhos técnicos de demarcação reconhecendo a Comunidade Negra de Porto Velho e seu território, como Remanescentes de Quilombo.

2 - Determinar a publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

3 - Oficiar a Secretaria do Meio Ambiente, Instituto Florestal, Fundação Florestal, Secretaria da Cultura, Conselho do Desenvolvimento do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico e Turístico - CONDEPHAAT -, Secretaria da Educação, Secretaria da Agricultura e Abastecimento, Conselho Estadual do Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra, Fórum de Entidades Negras do Estado de São Paulo, Comissão de Direitos Humanos, Subcomissão do Negro da Ordem dos Advogados do Brasil - Secção de São Paulo, para ciência desta decisão.

4 - Oficiar o Governo Federal, através da Fundação Cultural Palmares - FCP -, e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, para ciência e manifestação a respeito das áreas de domínio particular insertas no território quilombola ora reconhecimento e o Instituto do Patrimônio Histórico Nacional - IPHAN para conhecimento tendo em vista o contido nos Artigos 215 e 216 da Constituição Federal.

PARECER

Identificação étnica e demarcação técnica do território ocupado pelos Remanescentes da Comunidade de Quilombo de Porto Velho, localizado no município de Iporanga/Itaóca, Estado de São Paulo.

O presente parecer contempla a Comunidade dos Remanescentes de Quilombo de Porto Velho, com vistas à demarcação de suas terras para posterior titulação, para o que se faz necessário o encaminhamento ao Governo Federal para desapropriação das áreas particulares, em virtude de seu reconhecimento como Remanescentes de Quilombos, com base no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, do Artigo 3º da Lei 9757 de 15 de setembro de 1997 e dos Artigos 1º, 2º e 3º do Decreto Estadual 42.839 de 04 de fevereiro de 1998, de acordo com os estudos antropológicos contidos no Relatório Técnico Científico realizado pela equipe técnica da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva", coordenado pela antropóloga Patrícia Scalli dos Santos, com trabalhos técnicos de demarcação realizados pela Diretoria Adjunta de Recursos Fundiários. Segue resumo do referido Relatório Técnico Científico, cuja íntegra encontra-se disponível na Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo.

1. INTRODUÇÃO

Este Relatório Técnico-Científico é resultado de um trabalho de pesquisa antropológica que objetivou verificar se o grupo populacional denominado Comunidade de Porto Velho, situado no município de Iporanga, Estado de São Paulo, constitui-se como remanescente de comunidade de quilombo a fim de adjudicar-lhe o direito previsto no artigo nº. 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988, sob o enunciado: "Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida à propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhe os títulos respectivos". Esta verificação segue os requisitos e critérios estabelecidos pelo Grupo de Trabalho e pelo Grupo Gestor, em obediência ao referido artigo 68, bem como aos artigos 215 e 216 da Constituição Federal e, ainda à legislação estadual: lei número 9757/97 e os decretos 41.774/97 e 42.839/98.

A Comunidade de Porto Velho ocupa as terras que reivindica pelo menos desde 1860. Essas terras foram ocupadas por ex-escravos das fazendas de mineração da família Roza que passaram a ocupar as terras abandonadas, doadas ou como agregados dentro das fazendas escravistas onde organizaram um modo de vida camponês.

O pedido para ser realizado o reconhecimento desse grupo como remanescente de comunidade de quilombo chegou até nós pela Igreja Católica e o MOAB (Movimento dos Ameaçados por Barragens). Esse grupo encontra-se em uma situação difícil sendo impedidos de plantarem pelo fazendeiro Benedito Barbosa de Andrade.

O presente relatório buscou analisar dados obtidos tanto da pesquisa direta com a comunidade quanto de fontes secundárias levantadas por pesquisa documental, a fim de retratar os aspectos etnológicos que possibilitaram a reconstrução da história da comunidade e o resgate de sua origem étnica e da sua identidade grupal, esta última fundamentada tanto pelas redes de sociabilidade calcadas no parentesco e nas relações de trabalho e simbólicas que o grupo mantém com a área que ocupa. Assim a reconstrução interpretativa do modo de vida da comunidade possibilitou nos compreender como eles constroem coletivamente sua vida sobre uma base geográfica, física e social formadora de uma territorialidade negra. "Dentro dela elaboram-se formar específicas de ser e existir enquanto camponês e negro" (GUSMÃO,1992:117).

2. O VALE DO RIBEIRA DE IGUAPE

O Vale do Ribeira abrange parte da Bacia do rio Ribeira de Iguape, que nasce no Estado do Paraná e deságua no Oceano Atlântico, estando o trecho mais longo do seu curso dentro do Estado de São Paulo. Ocupa parte da Serra de Paranapiacaba, Serraria do Ribeira área de Morraria Costeira e parte da Baixada Litorânea (Secretaria do Meio Ambiente, 1996:15).

A região apresenta um dos mais baixos índices de desenvolvimento do Estado de São Paulo, sendo a menos urbanizada, com uma população de 323.174 habitantes, tem uma das menores taxas de crescimento populacional do Estado. Segundo HOGAN, CARMO, ALVES E RODRIGUES (2001) "razões históricas, dificuldades de acesso e condições naturais adversas às atividades econômicas garantiram até hoje um relativo isolamento do Vale e a preservação dos recursos naturais" (pg. 02). A maior parte da sua população vive em áreas rurais desenvolvendo atividades agrícolas de subsistência e extrativistas, como a agricultura (banana e chá), mineração e o extrativismo vegetal (palmito).

Grande parte da região constitui-se de unidades de conservação, entre as quais se incluem áreas de proteção ambiental (APAS), estações ecológicas e parques estaduais que restringem o uso econômico a atividades limitadas. Isso acaba gerando uma série de conflitos entre as populações que vivem da agricultura e da extração de produtos da floresta, com as agências governamentais ambientais.

Outro foco de embates na região é a construção de barragens. "Seja como hidrelétrica destinada a fornecer energia seja como reservatório para o abastecimento de água para a RMSP, ou seja, como obras de controle de enchentes, as barragens provocam polêmica entre as populações locais e os ambientalistas" (HOGAN, CARMO, ALVES E RODRIGUES,2001:03). As comunidades tradicionais da região, como Remanescentes de Quilombo, que organizaram toda sua cultura entrelaçada ao meio ambiente e o espaço geográfico que ocuparam ao longo de séculos se vêem ameaçados por essas barragens, tendo em alguns casos 97% do seu território atingido (Campanili:2001). Essa população tem se organizado em movimentos como MOAB (Movimento dos Ameaçados por Barragens) e MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) que os levou a lutar pela regularização de suas terras e acionar o governo para que cumprisse o Art. 68 da Constituição Federal.

As primeiras referências da ocupação humana no Vale remontam do período pré-colombiano, sendo essas populações compostas por ameríndios. "A Região do Vale do Ribeira, apesar de ser atualmente a menos povoada do Estado, foi uma das primeiras do Brasil a ser ocupada" (BRAGA, 1999:43). Os espanhóis antes dos portugueses estiveram na região e fundaram Cananéia. O início da ocupação portuguesa no Vale do Ribeira data de 1531, com a expedição de Martins Afonso de Souza que teve como objetivo ocupar o território defendendo-o das invasões estrangeiras e buscar ouro e prata.

A região atrai várias pessoas do Velho Mundo com os objetivos mais diversos. Inicialmente são desenvolvidas lavouras de subsistência e a pesca. Nos primeiros tempos os portugueses estabelecerem relações de troca com as comunidades indígenas na região sul e sudeste da capitania. A falta de mão-de-obra fez com que os índios fossem usados como mão-de-obra escrava. Muitos índios fugiram para as regiões de difícil acesso como ao longo do rio Pardo por ser protegido por serras, cachoeiras, subidas penosas e demoradas. A presença indígena se tornou referência para as comunidades do Vale, principalmente, as populações negras que se apropriaram dos conhecimentos indígenas sobre relevo, técnicas de pesca e agricultura itinerante.

Na primeira fase de ocupação o povoamento ficou restrito ao litoral tendo maior destaque para os povoamentos de Cananéia e Iguape. De Cananéia partem as primeiras expedições em busca de ouro e prata, porém era Iguape que detinha o domínio da navegação do Ribeira devido à facilidade de comunicação com o interior. Tornando-se centro de concentração de moradores e distribuição de riquezas.

Na primeira metade do século XVII, foram encontradas minas de ouro em Iguape, zona do médio Ribeira. Nesse período por conta da mineração, entra a mão-de-obra negra em São Paulo a maior concentração de escravos era em Iguape, porém eles foram levados a outras localidades situadas Ribeira acima. Segundo Carril (1995), os negros vinham de algumas regiões da África como Angola, Moçambiqui e Guiné, sendo considerados, uma mercadoria lucrativa. Sua maior concentração foi em Iguape porém eles foram levados para outras localidades como Iporanga, Apiaí e Ivaporunduva, onde havia grande concentração de minas auríferas. Isso levou a um fluxo de pessoas para essa localidade tendo como conseqüência o surgimento de vários arraiais, como Ivaporunduva, Iporanga, Apiaí, Paranapanema e Xiririca.

A exploração de ouro entrou em decadência com a descoberta de novas áreas de mineração em Minas Gerais. Porém a atividade mineradora perdurou até as primeiras décadas do século XIX.

No final do século XVII, se registra uma expansão da agricultura, tendo como principais produtos: arroz, madeira e cana. No século seguinte até meados do século XIX, a agricultura comercial, especialmente o arroz, apresentou uma expansão significativa tendo como base à mão-de-obra escrava e voltada para o mercado europeu e latino americano. Esse período foi o de maior prosperidade para o Vale.

Porém, o crescimento econômico trazido pela rizicultura ficou limitado a região de Iguape e Cananéia com exceção de Iporanga onde se plantou algum arroz. O restante do Vale mergulhou em um período de estagnação econômica, que durou até a década de 30.

Na segunda metade do século XIX a rizicultura escravista entrou num processo de crise devido: encarecimento da mão-de-obra escrava; procura de brancos para o café; abertura do mercado para o arroz de outras regiões do país (Minas Gerais e Rio de Janeiro). A baixada ficou a margem da rede ferroviária implantada no Brasil e bem como a imigração estrangeira que se voltou para o abastecimento da cafeicultura.

A população refluiu para a economia de subsistência a "caipirização" da vida regional (MULLER,1980).

2.1. IPORANGA : características do município e a história da ocupação

O Município de Iporanga localiza-se no alto Ribeira, tendo como limítrofes os municípios de Apiaí, Guapiara, Capão Bonito, Eldorado Paulista, Barra do Turvo e o Estado do Paraná.

A base do releve é o calcário na parte alta e os filitos e xistos na parte baixa. As falhas geológicas contribuem para esculpir o relevo, pois além de originar depressões topográficas condicionaram vales de muitos rios. O relevo é acidentado onde predominam colinas e morrotes que dificilmente ultrapassam os 120 metros de altura. O município possuí uma área territorial de 1160 km com uma população de 4.564 habitantes (CENSO 2000). A agricultura é a principal atividade econômica do município, se destacando a produção de banana e em menor escala de feijão, arroz e milho.

O solo de Iporanga é rico em ouro, prata, chumbo, estanho, ferro, pedra de chisto, a calcárea, a pederneira, o cristal de rocha, o calcáreo branco, o tasguatingua, o barro de olaria, etc. Sendo que o chumbo já vem sendo explorado desde 1880. Sua mineração ilegal as margens do rio Ribeira de Iguape trouxe problemas de contaminação para a população ribeirinha que se alimenta dos peixes e se banham nos rios, atualmente as crianças são as mais atingidas.

A região possui uma das maiores concentrações de cavernas do Brasil e um dos principais remanescentes florestais de Mata Atlântica do Estado de São Paulo. Esses fatos levaram a implantação de diversas unidades de conservação no município como: área piloto da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, as Áreas de Proteção Ambiental APA da Serra do Mar (1984), Parque Estadual de Jacupiranga (1969), Parques estaduais Turísticos do Alto Ribeira - PETAR (1958). O PETAR somente foi implantado, em 1983, levando a um crescimento do turismo espeleológico e recentemente o de esportes radicais. Porém apenas o bairro da Serra em Iporanga e o município de Apiaí foram efetivamente beneficiados.

Como a principal atividade econômica do município é a agricultura e o extrativismo o tombamento provocou um descontentamento de boa parte da população. E jogou para a ilegalidade a principal forma de sobrevivência da maior parte dos moradores dos bairros rurais (Figueiredo, 2000).

Iporanga é um dos municípios que tem a maior quantidade de Comunidades de Quilombos identificas entre elas a comunidade de Quilombo de Porto Velho. A história desta comunidade e do próprio município de Iporanga está ligada ao ciclo do ouro paulista.

Durante o século XVI, circulavam histórias em Iguape e Cananéia sobre a existência de ouro na região de Eldorado e Iporanga que "que jorrava livremente e abundante no leito de seus rios" da região. Essas histórias seduzem os aventureiros que fazem uma expedição para encontrar o "Eldorado". Em 1576, um grupo de pessoas chefiadas por Garcia Rodrigues Paes, sobrinho do bandeirante Fernão Dias Paes, Nuno Mendes Torres, Antonio Lino de Alvarenga e José de Moura Rolim sobem o rio Ribeira de Iguape em busca de ouro. Eles chegam no dia 12 de junho, véspera de Santo Antonio, a uma várzea localizada a oito quilômetros da foz do Ribeirão de Iporanga. Resolvem se fixar neste local iniciando os preparativos para a criação de um garimpo, assim, nascia o "Garimpo de Santo Antonio". O garimpo cresceu com a chegada de novos faiscadores que formaram um arraial que crescia e prosperava. Esse novo povoado crescia em habitações e casas de comércio com o dinheiro vindo dos garimpeiros da região. O trabalho nos garimpos era realizado pelos escravos que escavavam o leito dos rios a procura de ouro, chegando a alterar o seu curso como na foto abaixo do Ribeirão de Iporanga.

O trabalho dos escravos nos garimpos deixou marcas que podem ser percebidas por nós hoje. Como a formação de amontoados de pedras deixados às margens do Ribeirão de Iporanga. Muitos escravos garimpavam clandestinamente e "escondiam o produto de seu trabalho em garrafas e gomos de bambu, visando possivelmente à compra de sua liberdade junto a seus senhores." (FIGUEIREDO,2001:02) Nos livros de casamento e batismo da Igreja de Iporanga e no cartório da cidade existem vários registros de escravos "libertos" e cartas de alforria que provavelmente foram compradas dessa forma.

A partir de 1730, devido às dificuldades para se atingir o rio Ribeira pelo ribeirão de Iporanga surgi um novo núcleo de habitações próximo ao rio Ribeira. Esse novo povoado crescia em habitações e casas de comércio com o dinheiro vindo da região.

Com o declínio do ciclo do ouro e as dificuldades de acesso ao antigo arraial dão início a um movimento para a construção de uma nova capela no novo arraial, sendo liderado pelo Padre Bernardo de Moura Prado e o Capitão José de Moura Rolim. O padre Bernardo consegue que Dona Escolástica Maria Carneiro doe um terreno para a construção da Capela e a população faz um mutirão plantando arroz para levantar o dinheiro necessário. Assim se iniciam as obras de construção da Capela que terminam em 1821.

Iporanga crescia com o surgimento de novas indústrias de aguardente, rapadura e beneficiamento de cereais intensificando seu intercâmbio comercial com as povoações vizinhas.

O trânsito das tropas pela região sul do município teve um importante papel para a economia local, pois com a decadência da exploração das minas de ouro, por volta de 1815, os donos de terras na região voltaram sua produção para a agricultura e criação de animais que podiam ser comercializados com os tropeiros que subiam e desciam o Ribeiria de Iguape. Em outros casos os proprietários de terras na região simplesmente abandonavam suas terra, vendiam ou deixam verbalmente para seus escravos.

Em 1830, o povoado foi elevado a categoria de Freguesia de Sant' Anna de Iporanga. Sendo, em 1873, elevado a Vila, com o nome de "Villa de Sant'Anna de Iporanga". No mesmo ano passou a Cidade de Iporanga.

A libertação dos escravos, em 1888, levou a diminuição da mão de obra na região de Iporanga, pois boa parte da população local era composta por escravos. "Os escravos, livres do julgo de seus senhores, internavam-se pelo sertão adentro se estabelecendo por sua própria conta e iniciando-se no ramo da agricultura doméstica"(FIGUEIREDO,2001:02). Eles procuraram se instalar em locais já ocupados por populações negras que fugiram durante a escravidão, ou compraram sua liberdade ou receberam doações de terras. Essas diversas situações deram origem à formação de diversos povoados, entre eles, Nhunguara, Bombas, São Pedro, Poço Grande, Praia Grande e Porto Velho.

3. PORTO VELHO

O território ocupado historicamente pela comunidade de Porto Velho está situado à Sudoeste da cidade Iporanga fazendo divisa ao Sul com o rio Ribeira de Iguape e o estado do Paraná. A Oeste com o município de Itaóca e ao Norte com a serra de Anta Gorda. E a Leste com a Barra do Rio Parto. Esse território está dividido em localidades onde existiram núcleos de moradias. Essas localidades são (ver mapa anexo):

- Anta Gorda
- Dourada
- Mamona
- Córrego do Mono
- Rio da Cláudia
- Porto Velho

Essas nomeações são muito antigas aparecendo no livro de registros de terras de 1855 e continuam sendo usadas até os dias de hoje. O nome Porto Velho se deve ao fato do local, durante o século XVIII e XIX, ser utilizado para o transporte de mercadorias e escravos por meio de canoas pelo rio Ribeira. Como as canoas não podiam prosseguir viagem devido às cachoeiras existentes no rio aportavam em Porto Velho e seguiam o caminho a pé ou no lombo de cavalos e burros para as regiões de Apiaí e Sorocaba.

Os depoimentos recolhidos em Porto Velho, mapas antigos, registro de terras e da paróquia de Iporanga nos possibilitaram reconstruir a trajetória desse quilombo, evidenciando que o território em questão vem sendo ocupado por esta comunidade, aproximadamente, desde 1860. Os membros desse grupo são descendentes dos escravos de D. Martinha Dias Batista que possuía uma fazenda de escravos em Porto Velho (ver mapa anexo). Segundo o Registro de Terras de 1850, tinha um imóvel denominado Porto que abrangia as duas margens do rio Ribeira de Iguape.

Dª. Martinha era sobrinha de Dª. Ana de Oliveira Roza que com a morte da tia herdou parte dos seus escravos. Dª. Ana e seus irmãos herdaram suas terras e escravos de seu pai Manoel da Roza Luiz que, em 1765, era chefe de uma das famílias mais ricas da região de Apiaí. Com a sua morte, provavelmente, em 1783, suas terras e seus escravos são divididos entre seus filhos e filhas muitas já casadas. Esses casamentos davam-se com escravistas de Iporanga como estratégia para aumentar o patrimônio da família, principalmente, o plantel de escravos (Motta &Valentim, 2000) que somavam essa herança ao patrimônio do marido. Com isso as famílias de escravos foram divididas entre os herdeiros de Manoel Roza Luiz. Cada grupo de escravos, que eram parentes, teve que se deslocar para as terras de seus novos donos. Poderíamos presumir que isso tivesse levado a um desmembramento ou esfacelamento das famílias de escravos. Porém, a historiografia tem revisto à idéia de que o cativeiro e a família escrava são realidades incompatíveis.

Um estudo realizado por José Flávio da Motta e Agnaldo Valentim (2002), sobre "A família escrava e a partilha de bens: um estudo de caso" vêm reforçar esse hipótese. Os autores vão analisar as relações familiares estabelecidas entre os membros do plantel de escravos de Apiaí de Dona Anna de Oliveira Roza. Eles vão utilizar como fontes documentais para esse estudo as listas nominativas dos habitantes da localidade paulista de Apiaí, o inventário de Dona Anna de Oliveira Roza e seu testamento, bem como, os inventários de seus irmãos, Escolástica, José e Antonio de Oliveira Roza, além dos registros de casamento de escravos entre 1780 e 1818. Esses autores acompanham essa escravaria de 1780 a 1819, quando do inventário de Dona Anna onde seus escravos são divididos entre seus parentes. Os resultados desse estudo apresentados em um artigo apontam para o fato desse esfacelamento ou desmembramento serem apenas "ideais" pois existiam vários ajustes tanto por parte dos herdeiros dos escravos como dos próprios cativos que corroboravam para a estabilidade das famílias de escravos.

"Muitos dos escravos separados na partilha dos bens de D. Anna poderiam tornar a conviver num mesmo plantel com seus familiares por ocasião da morte dos herdeiros. Ademais, ressalte-se que a grande maioria dos herdeiros permaneceu na localidade, mantendo a proximidade física entre os distintos plantéis"(Motta &Valentim,2002:20).

Podemos constatar essa proximidade física entre os vários plantéis da Família Roza que tinha propriedades nas localidades de Córrego dos Monos, Dourada, Anta Gorda, Porto Velho e Mamonas. Essas propriedades deram origem a núcleos populacionais de escravos que com decadência da mineração na região no início do séc. XIX conseguiram sua liberdade e um pedaço de terra para plantar e morar. Isso leva nos a pensar que existia uma proximidade não apenas física, mas ligações de parentesco que uniam esses vários núcleos populacionais. Sendo que, as formações dos mesmos, tiveram diversas origens. Em alguns casos os proprietários de terras simplesmente abandonavam a área e os escravos. Outros doavam (verbalmente) suas terras para seus escravos. Como no caso do escravo forro Fernandes da Rosa que recebeu uma doação de terras próxima ao Córrego Cotia Pequena no Rio da Claudia. Ou ainda, esses escravos forros ocupavam trechos de terras que não tinham dono, ou seja, que estavam desocupadas.

No caso da comunidade de Porto Velho com a morte de Dª. Martinha, na primeira metade do século XIX, sua terras e escravos foram divididos entre seus herdeiros, sendo que alguns de seus escravos foram alforriados, mas optaram por permanecer morando nessas terras. Às vezes, os donos de fazendas de escravos cediam trechos de suas terras para seus ex-escravos morarem e plantarem viviam como agregados para não se afastarem dos parentes que ainda permaneciam como escravos, com a finalidade de guardar algum dinheiro para comprar a liberdade dos demais membros da família.

Assim, esse grupo encerra uma experiência particular de luta contra o escravismo. Com atitudes originais constituiu um espaço autônomo dentro do regime escravista e da própria fazenda de escravos, que os possibilitou sobreviverem física e culturalmente.

3.1. Histórico da ocupação do território de Porto Velho

O território ocupado historicamente por esse grupo localiza-se à sudeste da cidade de Iporanga subindo o rio Ribeira de Iguape. A história desse grupo esta profundamente ligada aos ciclos econômicos por que passou a região de Iporanga e Apiaí. E, principalmente, ao espaço relegado a eles como negros pobres na economia regional. Sendo assim, pelo nosso estudo pudemos perceber que houve uma "migração" desse grupo dentro desse território em busca de trabalho e moradia. Nessa região, em meados do século XIX, com o declínio da mineração os escravistas passam a privilegiar o cultivo e processamento da cana-de-açúcar, seguindo a tendência já observada na capitania paulista desde fins do século XVIII. Por outro lado, a maioria dos fogos (propriedades rurais) predominantemente não escravistas, viviam a custa da agricultura de subsistência (auto consumo ou troca), sendo significativa à parcela daqueles que não possuíam nada, cerca de 15% a 20% das unidades domiciliares. Essa era a situação dos vários núcleos populacionais de ex-escravos existentes na região. Dentre os quais três em especial nos interessam: o Córrego dos Monos, Dourada e Porto Velho. Segundo os moradores de Porto Velho, os seus antepassados, bem como, eles próprios, nasceram e moraram nesses lugares. O estudo indica que nas localidades; Córrego dos Monos e Dourada vivam ex-escravos nas terras doadas ou abandonadas pelos seus donos, ou como agregados nas fazendas.

Analisando a Lista de Massa de População de Apiaí do início do séc. XIX pudemos perceber que, com o declínio da mineração, muitas das fazendas passam a ocupar-se da lavoura e os antigos donos do local desaparecem da Listas de Massa de População.

Segundo os cronistas do séc. XVIII as localidades da Capitania de São Paulo que estavam longe dos grandes centros urbanos encontravam-se num estado de pobreza com uma agricultura dirigida, principalmente, para o consumo doméstico. Com fazendeiros descapitalizados, fazendas guardadas por agregados que lavravam a terra para seu sustento, na qual o gado era criado solto nas invernadas.

Isso explica porque muitos moradores da região de Iporanga, no começo, do século XIX, iniciaram a exploração rumo ao planalto em busca de novas fontes de riqueza. A lei de terras de 1850, veio estimular essa exploração, pois determinava a venda das glebas devolutas que até então eram doadas. "Transformando as terras do sertão em mercadorias e com isso instituindo um mercado onde todas as terras entrariam, valorizando-as como um todo"(Correia,1997:64). Esse avanço rumo ao sertão não se caracterizou apenas como um movimento de lavradores pobres, mas fundamentalmente de grandes grileiros. Esse pode ter sido o caso do Sargento-Mor Antonio de Oliveira Roza, filho de Manuel Roza Luiz, que figura nas Listas de Massa de População e Registro de Terras de Apiaí como tendo a posse de uma faiscadeira no lugar conhecido como Córrego dos Monos. Ele era proprietário de alguns escravos, e por volta de 1815 seu nome desapareceu da Lista de Massa de População de Apiaí. Podemos levantar duas hipóteses para o desaparecimento deste escravista. Uma primeira possibilidade seria a sua morte seguida da liberdade dos seus escravos e doação suas terras para os mesmos. Ele pode também, ter deixado suas terras e escravos para um parente próximo, já que era solteiro. Uma segunda possibilidade seria ter abandonado ou deixado suas terras e escravos aos cuidados de seus agregados e seguido para ao planalto em busca de novas riquezas. As duas hipóteses levantadas aqui ajudam nos a entender a formação deste agrupamento de escravos no Córrego dos Monos.

Na pesquisa pudemos identificar uma das escravas do Sargento-Mor Antônio de Oliveira Roza que era a Maria da Roza que em 1860, aparece batizando seu filho Antônio de Oliveira Roza. Segundo informações dos moradores de Porto Velho, Antônio Oliveira da Roza seria o bisavô deles.

Em Porto Velho, existia um sitio denominado Porto, sendo essa terra de propriedade de Dona Martinha Dias Batista. Nele viviam como agregados ex-escravos que mesmo depois de sua morte permaneceram morando no lugar. A morte de D. Martinha deu-se, provavelmente, na primeira metade do século XIX. O imóvel Porto foi herdados pelo seu genro João Dias Duarte o que tudo indica não chegou a tomar posse do lugar. Porém, os ex-escravos de Dª. Martinha, permaneceram morando no lugar com suas famílias e parentes porque não tinham onde ficar morando. Desse grupo, destacamos o Sr. Bazílio como figura em um mapa antigo de 1908.

No mapa acima o Srº Bazílio aparece como morador do lugar denominado Porto Velho. Esse senhor era chefe de uma extensa família conhecida na região como "bazilhada". Estes ex-escravos eram parentes dos escravos forros do Córrego dos Monos e da Dourada formando uma teia de parentesco que liga essas várias localidades. Como no caso dos pais do Sr. Bazílio: sua mãe Maria Rufina nasceu em Porto Velho/Dourada e se casou com Antonio de Oliveira Roza que morava no Córrego dos Monos. Após o casamento foram morar em Porto Velho onde, no ano de 1887, nasceu Bazílio de Oliveira Rosa. Assim os descendentes do Sr. Bazílio foram ocupando o lugar denominado de Porto Velho. Como nos relata o Sr. Francisco Maximo Fernandes, "naquele tempo o pessoal morava em qualquer lugar sem documentação". Segundo Woortmann (1990), ser dono da terra é uma categoria moral que se opõem a de proprietário. "É-se dono, não por ter comprado a terra, mas por tê-la trabalhado" (1990:28). Talvez por esse motivo que o Sr. Francisco insista em afirmar que o pessoal do Porto trabalhou roçando todas as terras desse lugar. Pois "é-se dono pelo trabalho, independente de haver ou não propriedade jurídica da terra"(1990:29).

No início do século XIX, esses escravos forros viviam da produção de subsistência e comercializavam o excedente com as cidades de Apiaí, Sorocaba e com povoados rio abaixo até Iguape, sendo que os meios de transporte utilizados eram canoas e tropas. As canoas subiam o rio Ribeira de Iguape carregadas de mercadorias comercializadas ao logo do rio com as populações ribeirinhas, até chegar em Porto Velho, onde tinha que aportar e seguir viagem nos lombos dos burros. Segundo Figueiredo (2001), no ano de 1822 a Vila de Sant`Anna de Iporanga contava com 68 tropeiros cadastrados e 42 proprietários de tropas. Segundo o Sr. Paulino, morador de Porto Velho, seus antepassados trabalhavam como camaradas para o dono de uma tropa chamado Juca da Silva.

As viagens com a tropa fizeram com que os membros desses grupos estivessem em constante deslocamento pelo seu território. Apesar de suas família morarem no Córrego dos Monos e na Dourada tinham que residir parte do mês, em Porto Velho, pois era o ponto de conexão entre as canoas que subiam o rio e as tropas que de lá partiam em direção ao Planalto. Nesse lugar também existia um "criame de escravos" como afirma o Sr. José Oliveira da Rosa morador de Porto Velho: "No casarão velho tinha um criame de cativo e meu pai trabalhava ali". Esse casarão estava localizado próximo ao porto onde desembarcavam as canoas que subiam o rio(ver mapa histórico). Era muito difícil o transporte de escravos do litoral até o planalto, sendo que, a criação de escravos para a venda se tornou um negócio atraente, principalmente, depois da lei que proibia tráfico de escravos.

O tropeirismo teve um papel importante para a vida desse grupo, pois até os dias de hoje utilizam os caminhos das tropas que os ligam a outras comunidades de quilombos, como Praia Grande, Rio da Cláudia e Bombas. Além, da criação de animais de montaria como cavalos e burros que eram utilizados para locomoção na região. O comércio de excedentes realizado pelas tropas de muares deve ter perdurado, pelo que tudo indica, até o início do século XX.

A característica marcante da ocupação do território histórico da Comunidade de Porto Velho é a mobilidade constante do grupo pelo mesmo. Como parte de uma estratégia que tinha como objetivo permanecer morando próximo ao local onde seus pais e avós nasceram e foram enterrados. Esses deslocamentos foram motivados, principalmente, por questões econômicas. E, geralmente, quando algum parente casa-se, e não tem um lugar para morar outro parente próximo que possuí terras, oferece um pedaço dessas terras para o jovem casal morar.

Dessa forma, durante o século XIX e meados do XX, os homens desses dois agrupamentos de escravos forros apesar de morarem no Córrego dos Monos e na Dourada tinham que trabalhar fora da área onde moravam, pois com o aumento das famílias as terras tornavam-se insuficientes para todos plantarem. Dessa forma, eles chegavam a ficar 20 dias fora de casa trabalhando com tropas ou como jornaleiros para fazendeiros de Porto Velho, juntamente com parentes que já residiam no lugar. Segundo Carril (1995), na Paróquia de Santo Antonio de Apihay, em 1811, dos 864 habitantes 230 eram jornaleros. A maior parte desses jornaleros era composta por escravos forros que encontraram nessa atividade um meio de sobrevivência dentro da estrutura econômica escravista na qual viviam.

O trabalho como jornaleiro era considerado um trabalho livre das regras impostas pelo patrão. Segundo Woortmann (1987), o trabalho como jornalero era uma ajuda entre vizinhos (iguais) onde você não era obrigado a trabalhar, 'ajuda quem quer e vai trabalhar quando quer', sendo assim, expressão de uma reciprocidade entre iguais. Era um 'trabalho livre', ou seja, não escravo dentro de uma ordem escravocrata. Porém, existiam aqueles que trabalhavam como agregados nas fazendas das localidades de Porto Velho/Dourada. Esse processo se intensificou a partir de 1850 com a promulgação da primeira Lei de Terras no Brasil que trazia a intenção de torna-las (as terras) cativas nas mãos dos coronéis para que os negros alforriados não tivessem acesso a elas. Dessa foram, permaneceriam livres no papel, mas cativos nas fazendas dos coronéis como agregados.

O Sr. Bazílio e esposa, que residiam em Porto Velho, foram trabalhar na construção da estrada que liga Iporanga à Apiaí e também na de São Paulo à Curitiba, em 1932. Por volta de 1940, os moradores da localidade de Porto Velho passam a trabalhar com os fazendeiros da região numa relação "confusa", ora como diaristas ou mensalistas, ora como agregados. Essa confusão deu-se, principalmente, pelo fato dessas pessoas não conhecerem seus direitos trabalhistas como também os da terra. Assim, acabavam se sujeitando as propostas dos fazendeiros num esforço do grupo para se manter no local onde seus antepassados nasceram e foram enterrados. No território reivindicado pela comunidade de Porto Velho existe um cemitério muito antigo onde membros do grupo foram sepultados até 1986. O cemitério é muito simples: uma clareira aberta na mata onde as pessoas eram enterras em covas rasas cobertas de terra e amontoados de pedras. Também existem pés-de-rosa e uma cruz de ferro feita pelos membros da comunidade e Porto Velho. Estudos feitos pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em 1908, apontam essa área como tendo um sambaqui. Tudo indica que nesse lugar existia um cemitério indígena que, posteriormente, foi utilizado pelos negros da região para sepultar seus familiares. Os casamentos de negros e índios eram muito freqüentes no Vale do Ribeira sendo estimulado pelos donos de escravos. Pois a escravidão indígena era proibida o que não acontecia com os filhos de índios e negros. Dona Jumira, membros da comunidade de Porto Velho, conta que sua bisavó era índia: "Ela se desgarrou do bando que andava por aí. Acharam ela e batizaram de Izabel".

Durante a década de 1950 várias pessoas de fora do bairro foram chegando dizendo ser donos das terras mostrando documentos que eles não entendiam, porque não sabiam ler e escrever. Esses fazendeiros firmavam um contrato verbal com o grupo no qual poderiam continuar morando no lugar, trabalhando como empregados ou agregados. Em contrapartida, tinham que dar uma parte da produção para "o dono da terra" ou trabalhar alguns dias da semana nas roças do mesmo como pagamento pelo uso da terra. Isso tudo se dava sem nenhum documento que comprovasse essa situação em relação ao dito proprietário do lugar. Na verdade começa instaurar-se nessas localidades um processo de cooptação dos seus moradores pelos fazendeiros (que se diziam proprietários das terras herdadas ou compradas) para institucionalizar a legitimidade de suas fazendas e incutir nos moradores a idéia de que eram agregados.

Na memória do grupo esta muito presente às relações de trabalho estabelecidas com esses fazendeiros que os obrigavam a trabalhar de sol a sol, mal podiam parar para almoçar. Não tinham folga nem aos domingos. As mulheres trabalhavam grávidas até o último mês de gestação, sendo que, as crianças também tinham que ajudar na roça não podendo estudar. Eles afirmam que tinham medo de questionar o patrão e serem chamados de vagabundos, por isso, eles aceitavam essa situação de semi-escravidão. O próprio acordo de meeiros tinha regras ditadas pelo fazendeiro este era quem comercializava o produto das roças e dividia o lucro, no final da colheita que era dado em dinheiro ou porcentagem da colheita, que o fazendeiro considerava justo, para o consumo do grupo. O fazendeiro utilizava o sistema de caderneta, no qual, tudo que consumiam ao longo do mês eram registrado e descontado no dinheiro que deveriam receber pelo seu trabalho. Aqueles que não aceitavam essas condições tinham que se deslocar para outras terras, muitas vezes, nas terras de parentes que moravam na região.

No começo do trabalho de reconhecimento desse grupo como remanescente de comunidade de quilombo era comum se referirem a essa época (descrita acima) como o período em que eles foram "cativos". Num primeiro momento, esse fato gerou um pouco de confusão. Posteriormente, começamos a entender que eles estavam falando das relações de trabalho com esses fazendeiros. É comum o grupo afirma que "nós fomos escravizados no mesmo lugar que nossos antepassados foram escravos".

Por volta de 1950, o Sr. Benedito Barbosa de Andrade chega a Porto Velho se dizendo proprietáriode uma grande extensão de terras no lugar. Segundo os moradores de Porto Velho, ele teria vindo do município de Tunas no estado do Paraná (ver croqui de ocupação anexo). Convidou os moradores que aí residem para trabalharem como agregados nas terras que ele dizia ser proprietário. Começa aí um processo de apossamento da área pelo Sr. Benedito que alegava ser herdeiro dessas terras, mas não detinham o documento de domínio. Em parceria com os moradores de Porto Velho, já de início derrubaram a mata e plantaram grama para a formação do pasto. Além isso, eles plantavam cana-de-açúcar para fazer o melaço que era comercializado pelo Sr. Barbosa. O qual pagava os membros da comunidade do Porto, como e quanto queria sem que os mesmos pudessem questionar o valor pago pelo produto que havia sido vendido. Eles eram parceiros na fábrica, e pelo motivo principal de "serem analfabetos", não sabiam o que assinavam, e qual o valor em espécie (dinheiro) que recebiam por cada safra.Ver foto da fábrica de melaço.

As relações de trabalho eram as mesmas já vivenciadas com outros fazendeiros (como já citado). Porém, a década de 80, aconteceu um fato curioso que marcou a trajetória desse grupo. Segundo os moradores de Porto Velho alguém da comunidade achou uma bíblia e começou a ler. Foi a partir daí que eles tomaram consciência de seus direitos, pois se até Deus descansou no sétimo dia, porque eles não tinham o direito a folga semanal. Essa descrição quase mítica para o período de tomada de consciência do grupo sobre seus direitos é o mesmo período que o MOAB (Movimento dos Ameaçados por Barragens) e a Igreja Católica percorriam essas a região informando essas populações sobre seus direitos e sobre a construção das barragens do Funil e de Tijuco Alto que irão inundar o território onde moram. Os moradores de Porto Velho contam que agarram-se com a capela de São Sebastião que existia no local. A Igreja tem orientado-os dos direitos adquiridos na constituição 1989, no Art. 68 que trata da questão quilombola.

Por ocasião da enchente ocorrida, em 1997, no rio Ribeira de Iguape, e que destruiu várias casas da comunidade, o Sr. Benedito Barbosa de Andrade proibiu a reconstrução das mesmas, forçando os moradores a sair do lugar e ir para as cidades mais próximas em busca de emprego e um novo lugar para morar. Essa catástrofe natural foi usada pelo fazendeiro para expulsar os moradores das suas terras.

Hoje, moram apenas nove famílias na área, onde segundo os moradores já existiram mais de trinta. Atualmente, duas delas retomaram um pedaço de terra para plantar feijão, mandioca e milho, motivadas pela pobreza e marginalidade econômica do grupo que não vê outra saída para seus problemas.

Essas duas famílias conseguiram fazer apenas a colheita do feijão, pois o Sr. Barbosa cercou a referida área, transformando a em pasto. No mês de outubro de 2002, ele ameaçou a comunidade dizendo que soltaria o gado nas roças deles, e mais, disse para os quilombolas que o processo de usucapião teria sido julgado a seu favor, por isso os membros da comunidade teriam que deixar a área.

Realizamos pesquisas cartoriais para esclarecer a situação dominial da área reivindicada pela Comunidade de Porto Velho. Pelas informações obtidas, a área embora particular, não foi registrada nos cartórios da região havendo, portanto dúvidas quanto a sua situação dominial.

Os problemas dessa comunidade com o Sr. Benedito Barbosa de Andrade continuaram, no dia 03 de dezembro de 2002, esse senhor resolveu fazer um mutirão com seus empregados, ergueu uma cerca impedindo que os moradores da comunidade tivessem acesso as suas roças e ameaçou soltar o gado nos mesmos. Esse é o caso do Sr. Esperidião dos Santos e do Sr. Campolim Pires da Silva que tinham roças de feijão, milho e mandioca no local (ver mapa anexo). Além disso, eles foram sendo impedidos de ter acesso ao canavial cultivado pela comunidade de Porto Velho. No mês de janeiro de 2003 o Sr. Benedito cumpriu suas ameaças e soltou o gado nas roças dos moradores da comunidade destruindo-as, cercou o acesso deles inclusive a Capela existente na comunidade, como também, soltou os animais de criação do Sr. Esperidião e do Sr. Campolim na estrada do bairro. Cabe ressaltar que os moradores dependem exclusivamente dessas roças para sua subsistência, complementada com parcos recursos advindos da farinha de mandioca e do melaço de cana.

A irmã Maria Sueli Berlanga, advogada da Comunidade de Porto Velho, entrou com um processo de reintegração de posse. Porém, até o momento não temos nenhuma resposta do processo. A situação na área esta muito tensa e vem se agravando com a demora de uma medida judicial para o caso. Um fato recente veio somar-se as arbitrariedades cometidas pelo Sr. Barbosa. No dia 22 de agosto de 2003, o Sr. Benedito Barbosa de Andrade, sua filha Francisca, seu marido e o neto do fazendeiro resolveram derrubar a capela de São Sebastião.

A área reivindicada pela comunidade de Porto Velho encontra-se nos perímetros 46º e 38º de Apiaí (ver croqui de ocupação anexo) sendo que a maior parte dessas terras já foi julgada particular e outro trecho restante foi titulado, em 1969, pela PPI de São Paulo (Procuradoria do Patrimônio Imobiliário). Desses títulos apenas um encontra-se com a família da comunidade, que conseguiu resistir as pressões da especulação imobiliária existente na região desde o final dos anos 60. Enquanto que o restante pertence a pessoas de fora da comunidade. Outros três moradores de Porto Velho receberam título em algumas localidades próximas conhecidas como Córrego dos Monos e Três Águas que foram vendidos logo após a sua titulação. Segundo essas pessoas as vendas aconteceram por total desconhecimento das regras de um mercado de terras que começou a se instaurar na região. Sendo assim, suas terras foram vendidas por baixos preços e em alguns casos os pretensos compradores chegaram a ameaça-los com capangas armados.

Um outro fator importante para se entender o processo que transformou esse grupo de donos da terra em agregados, é que eles compartilham a concepção de que a terra é um valor moral, um bem de uso social que através do trabalho supre as necessidades de reprodução física e cultural do grupo.

4. CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE DE PORTO VELHO

Porto Velho é o nome de uma localidade do bairro de Anta Gorda do município de Iporanga estado de São Paulo que está localizado a montante do Rio Ribeira de Iguape estando uma pequena parte de seu território no município de Itaóca. Seus moradores estão dispostos ao longo da margem direita subindo o rio Ribeira ficando "espremidos" entre o rio e as montanhas. Esse bairro esta a cerca de 8 km da Cidade de Itaóca, a 29 km da Cidade de Apiaí e mais ou menos 90 km do centro administrativo de Iporanga. Podemos notar que os moradores desse lugar mesmo estando a maior parte do seu território no município de Iporanga acabam tendo como referencia a cidade de Apiaí para várias atividades. Pois, as estradas que ligam o bairro à sede administrativa do município de Iporanga não são pavimentadas e estão em péssimo estado, sendo que, na época das chuvas ficam quase intransitáveis.

O bairro possuía uma capela consagrada a São Sebastião, um Posto de Saúde e Escola Estadual de 1ª à 4ª séries do ensino fundamental. O Posto de Saúde não possui nenhum equipamento para exames, nem médico fixo. O Sr. Américo, membro da comunidade, que é o agente comunitário de Porto Velho encarregado da distribuição de remédios para os moradores do bairro e também do transporte de pacientes até a cidade de Iporanga para consultas médicas e do transporte escolar.

A comunidade possui um total de 09 famílias que ocupam uma estreita faixa de terra entre o rio Ribeira de Iguape e as montanhas. Suas casas são na maior parte de madeira com telhas de barro ou amianto, sendo que duas famílias possuem casas de alvenaria. No bairro não existe rede de água e esgoto. A rede de energia elétrica vem do estado do Paraná, pois não existia uma rede no Estado de São Paulo, perto do bairro para que recebessem a energia. Segundo os moradores de Porto Velho, eles já tentaram receber energia elétrica de São Paulo, porém, o Sr. Barbosa não permitiu que fossem colocados postes de fiação "nas suas terras". Assim eles conseguiram trazer energia elétrica do estado Paraná.

Os moradores de Porto Velho eram basicamente agricultores familiares que produziam para o autoconsumo e sofreram um processo de expulsão do seu território que os levou a terem que trabalhar como diaristas para os fazendeiros vizinhos às terras onde residem. Sendo que, a maior parte das famílias só pode ocupar o espaço da casa e do quintal. Eles plantavam arroz, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, milho e faziam o melaço que era comercializado em Apiaí e no estado do Paraná.

Eles também cultivavam a banana, sendo que, seus bananais foram tomados a força pelo Sr. Benedito Barbosa, que alegando ser o dono, cercou a área impedindo que o Sr. Campolim que é morador da comunidade de Porto Velho tivesse acesso aos mesmos.

Atualmente, apenas três famílias têm algum espaço para plantar e para criação de animais como bois, cavalos e burros. Essas famílias plantam mandioca e fabricam a farinha que é comercializada em Itaoca e Iporanga. Além de derivados do leite como queijo que também é comercializado em Iporanga. Eles possuem canaviais para a produção de melaço, rapadura e talhada que são vendidos em Apiaí.

Uma outra fonte de renda para uma das famílias de Porto Velho é o artesanato feito por Dona Zulmira Rosa de Oliveira. Para a confecção de suas peças ela utiliza a palha da banana, do milho e sementes da região. Dona Zulmira vende seu artesanato para as lojas de Apiaí além das freguesas que residem em Iporanga e Itaóca que encomendam suas peças.

No final do ano de 2002, a Associação de Remanescentes de Quilombo de Porto Velho organizou o plantio de um canavial comunitário, para com o dinheiro da colheita pagar os custos do registro da associação. Porém, o Sr. Benedito Barbosa de Andrade cercou a área do canavial e soltou o gado no local destruindo-o.

A maior parte da comunidade é composta por católicos sendo a capela do bairro consagrada a São Sebastião. Atual capela foi construída em 1980. Antes dela, existia uma outra capela construída de taipas, no mesmo lugar, da qual foi destruída. Essa mais antiga, provavelmente, do século XIX como podemos perceber pelos antigos oratórios.

A presença de dois oratórios na capela explica-se pelo fato de que a capela que existia no bairro de Anta Gorda foi destruída em 1980, sendo que o oratório e as imagens dos santos foram levados para a capela de Porto Velho.

A devoção a São Sebastião é comum no bairro, sendo esse santo, o protetor dos desamparados. No dia 20 de janeiro a comunidade comemora o dia de São Sebastião com uma festa realizada junto à capela. Também é grande a devoção a São Gonçalo de Amarantes. Santo português cujo culto foi permitido pelo Papa Julio III em 1551. Ele é padroeiro dos violeiros, santo protetor contra as enchentes, enfermidades e casamenteiro. É comum a promessa feita para o santo, paga com a Romaria ou Dança de São Gonçalo que é sempre realizada no dia que for mais conveniente para o devoto. No momento de necessidade o devoto pede: "Deus de potência para São Gonçalo me ajudar". A Romaria de São Gonçalo é realizada no maior cômodo da casa onde os móveis são retirados só ficando o altar que é enfeitado com os materiais mais diversos como bexigas, flores e bandeirinhas coloridas de papel de seda e crepom. A Romaria é tocada por um mestre de cerimônia e um contra mestre. São feitas duas filas o mestre canta a entoada e puxa sua fila para um lado e o contramestre toca a viola e puxa sua fila em sentido contrário. Ela é realizada à noite só quando a promessa é para um defunto que a Romaria tem de ser durante o dia. Os mestres de romaria de Porto Velho são chamados para tocar inclusive em outro bairro, e mesmo fora do estado de São Paulo. As Romarias de São Gonçalo, os terços, bem como, as festas são espaços de socialização onde os velhos podem contar suas histórias, relembrar o passado, encontros amorosos são possíveis, as mulheres trocam experiências.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no estudo técnico-científico da Comunidade de Porto Velho considero que os trabalhos antropológicos não deixam dúvidas sobre a origem quilombola da mesma. Esse grupo ocupa o mesmo território a pelo menos 140 anos. Sua origem remonta à história da mineração na região que corresponde, atualmente, aos municípios de Iporanga/Itaóca. Mais precisamente as terras e os escravos da família Roza que com a decadência da mineração doaram ou simplesmente abandonavam suas terras. Essas propriedades deram origem a núcleos populacionais de escravos forros, dentre eles, Porto Velho. Sendo formado por escravos alforriados que permaneceram morando na fazenda dos seus antigos donos como agregados. Para não se afastarem dos parentes que permaneceram ainda como escravos e tinham como objetivo juntar dinheiro e comprar a liberdade dos parentes cativos. Nesse lugar, eles desenvolveram um modo de vida próprio articulado a sociedade mais ampla. Possuindo semelhanças estruturais com as demais populações rurais da região, que Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973) chama de bairros rurais.

Atualmente, esse grupo enfrenta problemas com o fazendeiro Sr. Benedito Barbosa de Andrade que se dizendo dono das terras, proíbe-os de plantarem levando-os a um estado de penúria. Sendo constantemente ameaçados de expulsão do seu território. Portanto, instaurou-se um quadro de conflito na área que requer dos governos estadual e federal providências urgentes para uma solução pacífica desse problema.

Uma outra ameaça enfrentada pela Comunidade de Porto Velho são as construções das usinas hidrelétricas do de Tijuco Alto e do Funil que irão inundar boa parte do seu território. Foi o engajamento do grupo na luta contra as barragens que os impulsionou a buscarem os reconhecimentos, assegurado pelo Art. 68, como remanescentes de comunidade de quilombo. A luta contra as barragens nunca foi dissociada da luta pela terra. O reconhecimento tornou-se um argumento muito importante na luta contra a construção dessas barragens.

Concluímos:

- que os membros do grupo denominado Porto Velho são remanescentes de comunidade de quilombos, de acordo com as definições que embasam os critérios oficiais de reconhecimento adotados pelo Estado de São Paulo, e devem, portanto, gozar dos direitos de tal identificação lhes assegura.

- que se faz urgente à regularização fundiária do território quilombola aqui demonstrado, de área 941,0056 ha.

PATRICIA SCALLI DOS SANTOS
ANTROPÓLOGA
MEMORIAL DESCRITIVO
Município: IPORANGA E ITAÓCA
Perímetro: 38º E 46º DE APIAÍ
Local: COMUNIDADE PORTO VELHO
Área: 938,2907 ha
Perímetro: 14.842,22 m
DESCRIÇÃO DA GLEBA

Inicia-se no ponto 01, georeferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD 69, MC 51°W, no sistema de coordenadas UTM: E=725.430,9380m e N=7.271.038,5073m,segue-se pelo Espigão, confrontando com o 38º Perímetro de Apiaí com distância de 608,02m, chega-se ao ponto 02 (E=725.746,0047m e N=7.270.533,8776m); deste, segue-se confrontando com o 38º Perímetro de Apiaí com azimute de 60°10'25.77" e distância de 571,97m, chega-se ao ponto 03(E=726.242,2108m e N=7.270.818,3586m); deste, segue-se confrontando com o 38º Perímetro de Apiaí com distância de 1.654,58m, chega-se ao ponto 04 (E=727.037,9310m e N=7.269.428,9298m); deste, segue-se confrontando com o 38º Perímetro de Apiaí com azimute de 249°32'22.69" e distância de 211,23m, chega-se ao ponto 05 (E=726.840,0310m e N=7.269.355,0940m); deste, segue-se confrontando com o 38º Perímetro de Apiaí com azimute de 221°32'12.12" e distância de 1.022,26m, chega-se ao ponto 06 (E=726.162,1735m e N=7.268.589,9036m); deste, segue-se pelo Ribeirão Anta Gorda, confrontando com o 38º Perímetro de Apiaí com distância de 349,89m, chega-se ao ponto 07 (E=726.430,4805m e N=7.268.376,0365m); deste, segue-se confrontando com o 38º Perímetro de Apiaí com azimute de 45°14'29.57" e distância de 155,98m, chega-se ao ponto 08 (E=726.541,2420m e N=7.268.485,8680m); deste, segue-se confrontando com o 38º Perímetro de Apiaí com azimute de 111°16'48.60" e distância de 71,81m, chega-se ao ponto 09 (E=726.608,1548m e N=7.268.459,8065m); deste, segue-se pelo Ribeirão Anta Gorda, confrontando com o 38º Perímetro de Apiaí com distância de 96,67m, chega-se ao ponto 10 (E=726.701,9434m e N=7.268.473,2424m); deste, segue-se pela margem esquerda do Rio Ribeira de Iguape, à montante, divisor dos Estados de São Paulo e Paraná, com distância de 705,14m, chega-se ao ponto 11 (E=726.320,0136m e N=7.267.890,4928m); deste, segue-se pela margem esquerda do Rio Ribeira de Iguape, à montante, divisor dos Estados de São Paulo e Paraná, com distância de 5.553,47m, chega-se ao ponto 12 (E=722.800,6798m e N=7.269.301,1439m); deste, segue-se confrontando com o 46º Perímetro de Apiaí com azimute de 13°03'29.12" e distância de 26,72m, chega-se ao ponto 13 (E=722.806,7160m e N=7.269.327,1690m); deste, segue-se confrontando com 46º Perímetro de Apiaí com azimute de 16°32'38.15" e distância de 346,06m, chega-se ao ponto 14 (E=722.905,2580m e N=7.269.658,9070m); deste, segue-se confrontando com o 46º Perímetro de Apiaí com azimute de 93°45'05.34" e distância de 424,17m, chega-se ao 15 (E=723.328,5190m e N=7.269.631,1540m); deste, segue-se pela Lateral da Faixa de Domínio da Estrada Municipal da Anta Gorda, confrontando com o 46º Apiaí com distância de 509,88m, chega-se ao ponto 16 (E=723.316,0340m e N=7.270.045,8540m); deste, segue-se atravessando a Faixa de Domínio da Estrada Municipal da Anta Gorda, com azimute de 101°14'23.76" e distância de 5,46m, chega-se ao ponto 17 (E=723.321,3850m e N=7.270.044,7906m); deste, segue-se pelo Espigão divisor dos Municípios de Iporanga e Itaóca, confrontando com o 46º Perímetro de Apiaí com distância de 283,78m, chega-se ao ponto 18 (E=723.593,6693m e N=7.270.059,7291m); deste, segue-se confrontando com o 46º Perímetro de Apiaí com azimute de 57°13'10.34" e distância de 794,38m, chega-se ao ponto 19 (E=724.261,5430m e N=7.270.489,8220m); deste, segue-se confrontando com o 46º Perímetro de Apiaí com azimute de 78°06'03.57" e distância de 578,99m, chega-se ao ponto 20 (E=724.828,0950m e N=7.270.609,2030m); deste, segue-se pelo Espigão divisor dos Municípios de Iporanga e Itaóca, confrontando com o 46º Perímetro de Apiaí com distância de 871,76m, chega-se ao ponto 01; início desta descrição.

Área Total: 941,0056 ha
Área Domínio: 2,7149 ha
Área Remanescente: 938,2907 ha
Rafael Carvalho Taibo - Engenheiro Agrimensor
CREA Nº 5061121449
(Republicado por ter saído com incorreções)

Comunicado GFO 79/2003

Em obediência ao artigo 5º da Lei Nº 8.666/93, de 21/06/93, justificamos e indicamos. a seguir, os pagamentos necessários que deverão ser providenciados de imediato, pelo fato de envolver despesas inadiáveis e imprescindíveis de custeio e utilidade pública. Tais pagamentos, considerada a excepcionalidade de cada caso, estão sendo autorizados independentemente da ordem cronológica de sua inscrição no SIAFEM.

UG LIQUIDANTE	Nº DA PD	VALOR
171201	2003PD01177	357,22
171201	2003PD01178	397,45
171201	2003PD01179	12,33
171201	2003PD01188	195,00
171201	2003PD01175	38,25
171201	2003PD01176	7,92
171201	2003PD01168	1.430,00
171201	2003PD01467	5.764,03
171201	2003PD01411	158,00
171201	2003PD01412	550,00
171201	2003PD01413	18,70
171201	2003PD01414	5,53
171201	2003PD01415	248,41
171201	2003PD01416	72,25
171201	2003PD01417	6,80
171201	2003PD01418	5,10
171201	2003PD01419	433,23
171201	2003PD01420	291,51
171201	2003PD01421	123,00
171201	2003PD01422	150,45
171201	2003PD01512	24,00
171201	2003PD01513	725,50
171201	2003PD01514	316,20
171201	2003PD01515	1.000,00
171201	2003PD01529	580,00
171201	2003PD01555	19,02
171201	2003PD01575	18.702,41
171201	2003PD01476	11.434,50
Total		43.066,81

UG LIQUIDANTE	Nº DA PD	VALOR
171281	2003PD01597	5.384,24
171281	2003PD01598	15.538,60
Total		20.922,84
Total Geral		63.989,65

ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Secretária: MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO
Rua Bela Cintra, 1.032 - Cerqueira César - CEP 01415-000
Tel. 3218-3000

COORDENADORIA DE FOMENTO DA REDE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

GRUPO MACRORREGIÃO SUDESTE

DIVISÃO REGIONAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - CAMPINAS

Extratos de Termos de Aditamento de Convênio

Processo SEADS nº 1146/2001 - Autorização Governamental nº 41.930, de 08/07/1997, Convenente : SECRETARIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - Conveniada : PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE DO SUL - Objeto : resolvem aditar o Convênio celebrado em 01/07/2002, afim de prorrogar o prazo de vigência que passa a ser de 01/06/2003 à 31/12/2003.

Processo SEADS nº 1153/2001 - Autorização Governamental nº 41.930, de 08/07/1997, Convenente : SECRETARIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - Conveniada : PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA - Objeto : resolvem aditar o Convênio celebrado em 01/07/2002, afim de prorrogar o prazo de vigência que passa a ser de 01/07/2003 à 30/06/2004.

08/07/2003